



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região



15/08/2023 15:57

**Ata da Reunião Inaugural do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

Data: 4 de julho de 2023

Local: Gabinete da Presidência

**Presentes:**

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, Juíza Auxiliar da Presidência

Rita Kotomi Yuri, Secretária-geral da Presidência

Rômulo Borges Araújo, Diretor-geral da Administração

Márcio Vinícius Gimenes Milan, Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos

André Ricardo Rodrigues Silva, Diretor Substituto da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos de Licitações

Fernanda Machado Martins, Diretora da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

Luis Carlos de Paula Reseck, Diretor Substituto da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial

**Pauta:**

- 1) Aquisições, controles de *compliance* e alinhamento com o Plano de Logística Sustentável
- 2) Modelo de contratação de serviços terceirizados e avaliação de seus riscos ao TRT
- 3) Diretrizes para estudos de aquisição de imóveis

A reunião foi iniciada às 10h00, com a abertura da Juíza Sandra, coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade. Ela ressaltou a importância da criação do Comitê e destacou os desafios enfrentados pela equipe, devido à diversidade dos temas tratados, que exigirão uma interação constante com os diversos Comitês e Comissões já instituídos.

A Juíza Sandra continuou a reunião ressaltando a competência específica do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade e enfatizou que seu objetivo não é substituir ou sobrepor os demais colegiados existentes na instituição. Pelo contrário, ela ressaltou que o Comitê soma esforços e colaborar com esses colegiados, com o intuito de aprimorar as políticas e práticas de governança e gestão da instituição como um todo.

Ela destacou que o Comitê atuará de forma transversal, envolvendo diferentes áreas e setores da organização, com o propósito de integrar os conhecimentos e as experiências dos membros, visando alcançar resultados mais efetivos e sustentáveis.

Após a introdução sobre a competência do Comitê, a reunião inaugural passou a tratar dos temas relacionados às aquisições, com destaque para o alinhamento desses processos ao Plano de Logística Sustentável. A Juíza Sandra ressaltou a importância de promover a sustentabilidade em todas as etapas do processo de aquisições, desde a definição dos critérios de seleção até a execução dos contratos.





## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Foi discutido o papel do Comitê na melhoria dos processos de seleção de fornecedores, buscando incluir critérios que levem em consideração a responsabilidade socioambiental das empresas. A ideia era estabelecer diretrizes e práticas que valorizem fornecedores comprometidos com a sustentabilidade, como a redução do impacto ambiental, a promoção da inclusão social e a adoção de práticas éticas.

A juíza Sandra, trazendo luz ao tema da ética nos contratos de terceirização, ponderou que o cumprimento dos normativos deve envolver também os cuidados relacionados à seleção da empresa prestadora de serviços. Ela ressaltou a importância de garantir que o processo de contratação seja conduzido de forma transparente e ética, propondo que o tema seja estudado pela Assessoria Jurídico-Administrativa e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, visando automatizar o cruzamento de informações sobre os sócios de empresas licitantes e o banco de dados de membros e servidores da Justiça do Trabalho da 2ª Região.

Dentro da discussão sobre as aquisições e a sustentabilidade, a servidora Fernanda, ressaltou a importância do alinhamento do Plano de Compras e Contratações às diretrizes e ações estabelecidas no Plano de Logística Sustentável. Ela destacou que o processo de compras e contratações desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade.

Durante a reunião, Rômulo ressaltou uma preocupação em relação ao modelo de contratação dos serviços terceirizados. Ele mencionou que o atual modelo tem levado a Administração a contratar empresas com experiência e estrutura insuficientes para atender às nossas demandas, as quais, ao longo dos anos, têm demonstrado incapacidade de administrar efetivamente esses contratos. Em alguns casos, isso tem levado a situações em que a própria Administração precisa assumir o pagamento dos funcionários das empresas terceirizadas.

Argumentou que a contratação de empresas mais estruturadas e com reconhecida experiência poderia trazer benefícios, como uma melhor capacidade de gestão dos contratos, maior estabilidade e qualidade dos serviços prestados, além de um potencial aumento na eficiência e no cumprimento das obrigações contratuais.

Essa proposta foi colocada em discussão entre os membros do Comitê que, reconhecendo a pertinência da sugestão apresentada por Rômulo, concordaram em consultar a Assessoria Jurídico-Administrativa para que analise mais detalhadamente a viabilidade e os impactos dessa mudança no modelo de contratação, levando em consideração aspectos como a estruturação dos lotes, a definição de critérios de seleção e a avaliação da capacidade técnica e financeira das empresas concorrentes.

Em continuidade a reunião, a Juíza Sandra questionou sobre o planejamento das obras do Tribunal e às condições dos imóveis que abrigam as varas do trabalho. O servidor Reseck,





## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

respondeu às perguntas, fornecendo informações sobre o assunto. Reseck informou que o plano de obras está em fase final de desenvolvimento. Ele destacou que existem situações pontuais nos imóveis de Itapeverica da Serra e de Poá, nos quais as condições não atendem plenamente às necessidades dos usuários internos e externos. Além disso, mencionou que os imóveis de Ferraz de Vasconcelos e Barueri possuem áreas e valores que apresentam potencial para redução de despesas.

O servidor também informou que está em análise no Comitê de Gestão de Imóveis a possibilidade de aquisição de um prédio de 8.000 m<sup>2</sup> para a instalação do Fórum Trabalhista de Guarulhos. No entanto, ele ressaltou que a compra de imóveis é um processo demorado, o que pode prejudicar o planejamento adequado, uma vez que as oportunidades surgem durante os contatos com o mercado, mas os proprietários nem sempre estão dispostos a aguardar todo o trâmite do processo. Essa situação não se aplicaria, entretanto, ao imóvel que abriga o Fórum Trabalhista da Zona Leste.

Em relação às demais localidades, Reseck mencionou que um planejamento de longo prazo seria mais adequado caso a Administração optasse pela edificação de imóveis em cidades onde os prédios são atualmente alugados. Quanto ao ponto a Juíza Coordenadora destacou que já estão autorizados os contatos com as prefeituras para tentativa de obtenção de imóveis para doação, seja de imóveis já construídos que possam ser adaptados, seja de terrenos para futura edificação.

A Juíza Sandra destacou, ainda, a necessidade de considerar a pesquisa de imóveis em regiões mais remotas da Zona Leste, desde que próximas ao transporte público, especialmente metrô e trem, para buscar alternativas de localização. Em relação ao imóvel atual, questionou sua situação, e Reseck informou que o imóvel está em boas condições estruturais. No entanto, ela solicitou estudos sobre a longevidade do imóvel em relação a futuras expansões, se necessárias, e suas condições de climatização, acessibilidade e infraestrutura em geral, além de estudos sobre o acesso por transporte público. Esses estudos são necessários para embasar a eventual aquisição do imóvel, demonstrando sua viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Ficou estabelecido que na próxima reunião do grupo todas as propostas serão rediscutidas para deliberação, no que couber, a partir da apresentação dos estudos solicitados nesta reunião.

A Juíza Coordenadora então encerrou a reunião inaugural agradecendo a presença de todos e convocou a próxima reunião para o dia XX de agosto de 2023, pautando a definição das primeiras ações e estratégias a serem implementadas pelo Comitê, além de outros temas de relevância a serem apresentados pelos membros no período que medeia as reuniões.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h00, e esta ata foi lavrada por mim, Luis Carlos de Paula Reseck, que a secretariei, e será devidamente assinada pelos presentes.

São Paulo, 04 de julho de 2023

Dra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli  
Juíza Auxiliar da Presidência

Rita Kotomi Yuri  
Secretária-geral da Presidência

Rômulo Borges Araújo  
Diretor-Geral da Administração

Márcio Vinícius Gimenes Milan  
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos

André Ricardo Rodrigues Silva  
Diretor Substituto da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos de Licitações

Luis Carlos de Paula Reseck  
Diretor Substituto da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial

